

# CONTROLES RÍTMICOS E VETORIAIS COMO ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO AFETIVA: UMA ABORDAGEM MAIS-QUE-REPRESENTACIONAL

## RHYTHMIC AND VECTOR CONTROLS AS AFFECTIVE MANIPULATION STRATEGIES: A MORE-THAN-REPRESENTATIONAL APPROACH

## CONTROLES RÍTMICOS Y VECTORIALES COMO ESTRATEGIAS DE MANIPULACIÓN AFECTIVA: UM ENFOQUE MÁS QUE REPRESENTACIONAL

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH) leoluizbh@hotmail.com

#### **RESUMO**

A partir dos pressupostos mais-que-representacionais este artigo epistemológico visa analisar os impactos dos ritmos e direções para o comportamento humano e, de retorno, para o arranjo do próprio espaço. Para tanto, apropria-se das relações afetivo-performáticas para construir um arcabouço teórico que apresenta o espaço e a categoria lugar dialética e concomitantemente como palcos e subprodutos das relações de poder. Para além das considerações teóricas, acerca da manipulação afetiva, por intermédio do controle dos ritmos e das direções, o artigo abre outra possibilidade de avaliação: considerando a natureza espaço-temporalmente sitiada da experiência, conclui-se que é plausível inferir que controles rítmicos e vetoriais impactem, remotamente, na constituição dos lugares.

PALAVRAS-CHAVE: lugar; geografia mais-que-representacional; afeto.

#### **ABSTRACT**

Based on more-than-representational assumptions, this epistemological article aims to analyze the impacts of rhythms and directions on human behavior and, in turn, on the arrangement of space itself. To this end, it appropriates affective-performative relationships to build a theoretical framework that presents space and place dialectically and concomitantly as stages and products of power relations. In addition to theoretical considerations about affective manipulation through the control of rhythms and directions, the article opens up another possibility of evaluation: considering the spatio-temporally limited nature of the experience, it is concluded that rhythmic and vector controls impact remotely in the constitution of places.

**KEYWORDS**: place; more-than-representational geography; affect.

#### **RESUMEN**

Basado en supuestos más que representacionales, este artículo epistemológico pretende analizar los impactos de los ritmos y direcciones em el comportamento humano y, a sua vez, em la disposición del espacio. Con este fin, se apropia De las relaciones afectivas-performativas para construir um marco teórico que presenta el espacio y la categoria de lugar dialéctica y concomitantemente como etapas y subproductos de las relaciones de poder. Además de las consideraciones teóricas sobre la manipulación afectiva a través del control de ritmos y direcciones, el artículo abre outra possibilidad de evaluación: considerando la naturaliza espaciotemporalmente limitada de la experiencia, se concluye que es plausible inferir que los controles rítmicos y vectoriales incidir de forma remota em la constitución de lugares.

PALABRAS CLAVE: lugar; geografia más que representativa; afecto.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo, de natureza epistemológica, visa refletir e buscar contornos acerca das induções da experiência humana realizadas pelas imposições de ritmos e direcionamentos dos



fluxos cotidianos. Desta forma, considerações sobre manipulação e poder são inevitáveis. É importante apontar que as bases que sustentam a discussão aqui posta são mais-que-representacionais: na literatura acadêmica, a manipulação do afeto é visto como um instrumento de poder (Thrift, 2004; Hemmings, 2005; Barnett, 2008; Silva; 2023a), o que permite até mesmo que autores cunhem a expressão "arquitetos afetivos" (Pykett, 2018). É importante considerar que as bases mais-que-representacionais de pensamento nos levam a considerar, de partida, que as reflexões afetivas advindas da imposição de ritmos e direções não conduzem a determinações acerca da responsividade dos alvos das manipulações afetivas.

Quando se fala da experiência humana, dever-se-ia considerar a temporalidade do espaço: as intermediações entre sujeito e mundo que possibilitam apreensões espaciais (Tuan, 2013 [1977]) são temporalmente localizadas, possibilitando a referência acerca da existência de períodos do espaço e regiões do tempo (Wishart, 2004; Grataloup, 2006; Silva; Silva; Costa, 2021). Desconstruindo conceitos rígidos e independentes do espaço e do tempo, Christian Grataloup (1999) argumenta que "a expressão "Idade Média" europeia é um pleonasmo" (Grataloup, 2006, p. 35). A indissociabilidade entre tempo e espaço é o ponto de partida para a sofisticação das considerações acerca da experiência humana.

Lugares são batizados com toponímias; estas, por sua vez, costumeiramente são representadas em cartografias – incluindo mapas mentais – como áreas poligonais ou em formas de limites curvilíneos que cercam uma superfície areal sólida. *Ipso facto*, causa estranheza pensar que a cognoscibilidade experiencial é sempre temporalmente fatiada e espacialmente reticular (Bonnemaison, 1994; Ingold, 2011). Assim, linhas são mais úteis para se pensar na natureza da experiência do que polígonos. Todavia, dependendo da escala a ser analisada, uma visão estritamente literal do que seja a experiência reticular é inadequada, tema que apreciaremos no decorrer do texto.

Para refletirmos sobre o impacto dos ritmos e direcionamentos dos fluxos na experiência humana, aprofundaremos, *a priori*, nas relações entre espaço, tempo e experiência. Posteriormente, refletiremos propriamente sobre os ritmos e as direções antes de tecermos as considerações finais.



## 2. ESPAÇO, TEMPO E EXPERIÊNCIA

As indissociabilidades espaço-temporais ganham mais complexidade quando as encaramos como componentes de uma trama complexa envolvendo espaços e tempos relativos. As relações dos seres com o mundo distorcem a espacialidade e a temporalidade, fazendo-nos pensar em espaço e tempo relativos. Na particular geograficidade (Dardel, 2011 [1952]) que pauta a existência, indivíduos deformam o espaço-tempo como uma massa de modelar. Tais deformações foram exploradas em um capítulo da obra *A Condição Pós-Moderna* de Harvey (1998 [1989]) e são detidamente exploradas por uma pletora de geógrafos (Lagopoulos, 1993; Jackson, 2006; Bissel, 2009; Malpas, 2012; Silva, 2022a; Silva; Costa, 2022a).

O espaço relativo parece ser um conceito de aplicação estritamente geográfica. Apesar disso, alguns nomes fora da geografia deram importantes contribuições para a reflexão da distorção espacial: o filósofo Gilles Deleuze dedicou-se a compreender o espaço em sentidos que transcendem as representações dominantes. Deleuze pretendeu mostrar que o espaço do movimento é prioritário em relação ao espaço da representação de objetos estáticos (Thrift; Dewsbury, 2000). Já o antropólogo Tim Ingold (1993), ao analisar a temporalidade da paisagem, indicou a preocupação em compreender a espacialidade¹ partir do movimento e das relações das pessoas a partir de suas tarefas cotidianas [taskscape]. Essas relações distorcem — a partir do ângulo identitário, mas considerando também as forças das convenções socialmente construídas — as noções dos indivíduos frente ao espaço-tempo.

O tempo, por sua vez, precisa ser entendido também a partir de um viés relativo visto que as formas de se relacionar com o tempo atomístico – contado a partir de nossas métricas convencionais – variam enormemente. As diferenças de velocidade imprimem noções distintas a respeito do tempo, com repercussões notáveis também para as relações com o espaço. As variadas capacidades de promoção de aceleração de fluxos é a base da cronopolítica consagrada por Paul Virilio (2007). Ademais, o tempo relativo pode ser refletido sob outros ângulos: Zeny Rosendahl (2018) fala da existência de uma fenomenologia do tempo aplicada às interpretações das hierofanias. Em particular, o estudo antropológico dos balineses conduziu à compreensão de que este povo possui duas temporalidades: um passado ritualístico que rejeita a ideia de duração,

\_

¹ É de se notar que Ingold possui objeções ao termo espaço. O autor expõe seus argumentos detidamente no texto *Against Space* (2011). Para Ingold, o espaço é um termo neutro que se refere a tudo e a nada. A palavra espacialidade foi empregada hermeneuticamente no contexto desta frase, com a intenção de se associar às relações que se manifestam com o espaço. Tais relações levam a neutralidade do espaço a outras categorias de análise, como paisagem, lugar e território, o que irá depender do enfoque dado pelo intérprete.



sendo, portanto, eternizado, e o passado não ritualizado, mundano, que sustenta as atividades práticas como a agricultura e a política (Bloch, 1977; Appadurai, 1981). O próprio calendário e o cronômetro da forma como se organizam podem apresentar outras subdivisões e ser, *a priori*, ininteligível para os nossos hábitos e condicionamentos (Ohnuki-Tierney, 1969; Friedman, 1985).

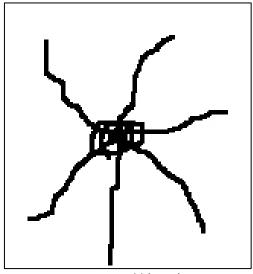
A discussão acerca do espaço e tempo relativos não está a serviço da ideia de que as convenções métricas e cronométricas não sejam relevantes. Os pressupostos mais-que-representacionais partem do princípio de que as representações também são afetivas, portanto, capazes de estimular *performances* (Silva, 2023b). Todavia, a base teórica mais-que-representacional defende a transcendência da representação, o que faz jus a argumentação de Hayden Lorimer (2005) quanto a necessidade de tratar as chamadas Teorias não-representacionais (TNR) como mais-que-representacionais, pois o nome edificado por Nigel Thrift a este corpo de pensamento poderia conduzir iniciados na temática ao erro.

As representações forjam a base do nosso afeto. Por serem múltiplas e dotadas de uma miríade de versões, não são capazes de – em seu âmbito unitário – determinar o pensamento. É claro que a cronometria é relevante desde a sua capacidade de impedir que trens colidam (Schivelbusch, 1978) à facilitação de um encontro romântico. David Harvey (1990) destacou que o aumento da integração econômica aumentou a necessidade de padronização cronométrica. A construção do calendário e as compartimentações do tempo atomístico apresentam-se como pilares da governança. A vida em sociedade requer padrões aplicados à medida do espaço-tempo (Cottrell, 1939; Zerubavel, 1982; Munn, 1992), mas isso também não significa que tais padronizações determinam as relações particulares que as pessoas estabelecem com o espaço-tempo.

Como pensar a experiência humana em meio às noções de espaço-tempo relativos? Partindo do pressuposto que nossa experiência é melhor compreendida espacialmente como linhas do nosso movimento perambulatório, Ingold (2011) pensa nos lugares como pontos em que múltiplas linhas se enovelam dinamicamente (Figura 1). A figura em questão precisa ser vista a partir da tridimensionalidade: assim como na *time geography* (Hägerstrand, 1970), o eixo vertical seria o tempo e o horizontal o deslocamento.



Figura 1: Percursos atados nos lugares como nós

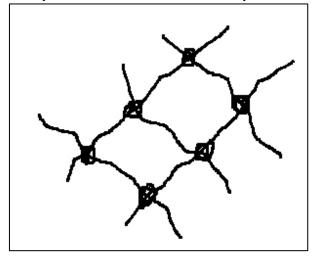


Fonte: Ingold (2011).

Lugares podem ser pensados como interrupções mais pronunciadas no dinamismo das linhas do nosso movimento. Também são um esplêndido novelo de intercâmbios de experiências: são porções do espaço que acolhem os múltiplos sentidos das distorções do espaço-tempo. *Ipso facto*, são intersubjetivos. A noção trazida por Doreen Massey (2008 [2005]) — acerca da possibilidade de o lugar ser visto como processo — sintetiza o debate aqui trazido: como um palco de interações humanas e não-humanas, os sentidos do lugar são sempre renovados. É importante notar que as linhas da experiência não podem ser vistas como uma simultaneidade: são intervalos de tempo que expressam o arrasto da espaço-temporalidade e da própria experiência. O nosso movimento perambulatório se desloca de lugar para lugar, fazendo com que o esquema de Ingold possa ser representado — noutra escala (Figura 2) — como uma grande teia repleta de nós. Por meio da tentativa de representação da Figura 2, o autor tenta transmitir a ideia de que as trajetórias e também os lugares estão atados no processo de acúmulo da experiência humana. Nessa dinâmica, a experiência que ajuda a forjar nossa identidade é uma composição que pode ser vista como uma quimera de lugares (Silva; Costa, 2022b). Tal quimera compõe um todo desarmônico de espaços-tempos.



Figura 2: Redes percursos formando malhas a partir de nós-lugares



Fonte: Ingold (2011).

Independente das nossas apreensões espaciais serem responsivas às nossas experiências colhidas em espaços-tempos sitiados, é de se apontar que o próprio espaço se organiza como um pastiche (Silva; Costa; Silva; 2022). O deslocamento irresistível de objetos pelo espaço – alguns dos quais independe da ação humana – ocorre *pari passu* às tentativas humanas de replicações espaciais que visam montar espetáculos (Cosgrove, 1989; Debord, 1997 [1967]; Lukinbeal, 2005; Minca, 2007). Juntamente com o substrato físico do espaço, devemos considerar a possibilidade de a paisagem ser lida como um texto (Rowntree, 1986; 1988; Cosgrove; Jackson, 1987; Duncan; Duncan, 1988; Cosgrove, 1990; Silva, 2021) e, como tal, ser capaz de produzir uma multiplicidade de interpretações. Se não bastassem as diferentes sentenças carregadas pela mente humana, acrescenta-se que os processos de replicação acontecem como aquilo que Stuart Hall (2013) chamou de repetição-com-diferença e reciprocidade-sem-começo.

Os efeitos do entrelace envolvendo mente e matéria se enovelam em outras indissociabilidades, tais como o embaralhamento de recortes espaço-temporais e um jogo espectral de ausências e presenças (Silva; Costa, 2022c) que tornam os pressupostos mais-que-representacionais alternativas sensatas para a abordagem da apreensão do espaço. Homi K. Bhabha (2013 [1994]) exprime os resultados destes emaranhamentos a partir da noção da nossa própria formação identitária: para o autor, nossas forjas identárias são — per excellence — espacialmente fendidas e temporalmente adiadas. Os espaços fendidos aludem às montagens espaciais de nossa cognição que não formam um todo cartesianamente coerente. Os tempos adiados aludem as interrupções dos percursos dos lugares — que tem a sua própria história independente de nossa presença — tornando possível a assertiva impactante de Ashis Nandy



(2015), para quem a Inglaterra vitoriana é melhor "encontrada" na contemporaneidade no subcontinente indiano do que na própria Grã-Bretanha.

A alusão da experiência a movimentos perambulatórios (Ingold, 2011), a prima facie, dão conformidade reticular à sua natureza. Considerando que o lugar – categoria primordial da experiência – é muitas vezes expresso imaginativamente como área e não como linha, estamos diante de uma proposição que rompe com formas tradicionais de apreensão. Os lugares não são segmentos neutros e objetivos do espaço físico, mas locais de envolvimento humano concreto (Karjalainen, 1993) e se apresenta sempre uma versão (Queiroz Filho, 2010). Para os humanistas é palco das experiências e da significação humana do espaço (Entrikin, 1976; Bailly, 1990; Malanski, 2014). Mesmo sendo subjetivo e dotado de limites mal definidos, é razoável pensar no lugar – sobretudo apoiado pela força de toponímias – como áreas, sejam poligonais ou um cerco curvilíneo, o que não coaduna com o princípio da experiência como um fenômeno reticular. Em tese é possível arranhar desigualmente a superfície de um lugar, enriquecendo e enfatizando a experiência com espacialidades recortadas e obliterar áreas do lugar fracamente povoadas por linhas. Parece razoável considerar que o raciocínio aqui proposto é altamente responsivo às diferenças escalares.

As linhas da experiência, como dito, precisam ser vistas como períodos. Afinal, não expressam a instantaneidade. Em uma representação, as linhas da experiência mostram, a partir de cores diferentes, temporalidades distintas (Figura 3). Assim, o espaço imaginativo que corresponde à toponímia – que pode ter a sua delimitação influenciada por limites jurisdicionais, como os municipais – é arranhado em momentos diferentes. Na Figura 3, linhas de mesma cor correspondem a períodos que arranham o espaço. Isto nos leva a concluir que a nossa experiência muitas vezes se refere aos lugares não como áreas que esgotam toponímias, mas como uma coleção de ângulos e feixes de diferentes tempos que são colados em um todo diacronicamente incoerente.

É claro que, em alguma medida, essas diferentes experiências que são produzidas em momentos diferentes se harmonizam. Nestor Perlongher (1987) argumenta que experiências deslocadas temporalmente acabam possuindo alguma harmonização quando indivíduos buscam adaptar e sobreviver em determinados contextos. É o mesmo que ocorre com a memória ou a identidade: argumentar sobre suas excepcionalidades não significa dizer que são imunes aos comportamentos coletivos e a alguma padronização. Se assim fosse, onde estariam os



movimentos sociais, que se caracterizam por renúncias de pautas em nome da busca pela realização de consensos?

Figura 3: As temporalidades da experiência reticular

Fonte: Autoria própria (2024).

Acrescentamos, no entanto, que as escalas geográficas podem revelar nuances da experiência. Em uma escala maior, as linhas da experiência revelam sua natureza: a partir de uma linha – que representa o eixo do corpo em deslocamento – são lançados à distância a força dos sentidos. A visão, o olfato e a audição não podem ser compreendidos como exatamente confinados ao eixo do corpo. Assim, sugerimos a representação disforme da expansão dos sentidos (Figura 4) a partir da linha da experiência: o seu caráter disforme representa as irregularidades do espaço que impactam na propagação da sensibilidade sensitiva. Um acidente topográfico pode representar, por exemplo, uma restrição da projeção da visão.

Figura 4: Representação disforme da expansão dos sentidos a partir da linha da experiência

Fonte: Autoria própria (2024).



Nessas representações (Figura 3 e 4), temos uma questão de escala temporal e de escala geográfica subjacente: pensando temporalmente, linhas podem ser compreendidas como períodos, ou, pelo menos, é inadequado tratá-las como instantaneidades em seu percurso; pensando espacialmente, a experiência reticular pode ser representada, dependendo da escala, a partir de borrões disformes que desaparecem a favor da reticularidade em escalas menores.

#### 3. RITMOS E PERFORMANCES

Aprioristicamente, como aponta Henri Lefebvre (2021[1992]²), é importante destacar que ritmo e movimento não são, do ponto de vista semântico, absolutamente congruentes. A elasticidade semântica da palavra ritmo é notável e pode se referir a fenômenos diferentes. Um ponto pacificado na discussão de ritmos é que os mesmos podem ser observados em manifestações não-humanas (Cresswell, 2023). É importante notar que os ritmos se desenvolvem em associação: a volúpia rítmica da água de um curso hídrico se associa com questões associadas aos volumes que se aglutinam, como, também, à precipitação atmosférica ou às oscilações topográficas. Em outro contexto, a aceleração do batimento cardíaco pode estar associada às diferentes reações do corpo frente às experimentações mundanas, seja uma excitação ou susto, seja pelo deslocar em um terreno mais íngreme que requer mais esforço do errante. Nesse sentido, o ritmo pode ser entendido como uma resposta afetiva, mas, dialeticamente, também precisa ser visto como causa potencial do afeto em outrem.

Se por um lado os ritmos não são absolutamente congruentes ao movimento, é de se notar que os sons, pelo seu lado, são produzidos por algum deslocamento: atrito, vibração e impacto são ações que produzem sons que são rítmicos quando expõem repetições, ainda que curtas. A Figura 5 mostra um excerto da partitura da Marcha Turca, de Mozart. Como em qualquer acorde musical, a partitura revela sincronias, pausas e diacronias de movimentos.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A obra original é póstuma e relativa a 1992. Um esforço de organização de excertos foi publicado em língua estrangeira em 2019.



Figura 5: Marcha Turca de Wolfgang Amadeus Mozart



**Fonte:** Marcha Turca. Disponível em: http://pt.cantorion.org/music/167/Sonata-para-piano-n.%C2%BA-11-%28Piano-Sonata-No.-11%29-3.-Alla-Turca%3A-Allegretto (2024).

Como em qualquer partitura, o ritmo praticado na *Marcha Turca* é responsivo a certa espaço-temporalidade e influencia – no espaço-tempo sitiado em que sua melodia é ecoada – corpos a *performarem* ritmicamente. Analogamente, a partitura pode ser vista até mesmo como uma síntese da paisagem, à medida que nos induz pensar nos conceitos miltonianos de fixos e fluxos (Santos, 2012[1996]), portanto, em sincronias e diacronias. Inspirado pela percepção de relações imbricadas entre homem e meio, Barros (2020) sugere o conceito de paisagens-acordes, no qual polifonias e movimentos múltiplos se dão em interação e em complemento. Para o autor, o interior do corpo já comporta um conjunto de movimentos que está em interação com outras sinfonias que expressam as relações entre o homem e o mundo. Fotografias de movimentos sequenciais como o captado pela Figura 6 evidenciam fluxos inevitáveis como a resposta dos corpos à gravidade e/ou a inércia, reforçando a ideia de uma paisagem captada como um *frame*, mas, concomitantemente, indicadora de fixos e fluxos tal como um acorde polifônico. O corpo, em movimento, interage com o mundo não-humano e com o aparente caráter estático de alguns elementos que animam a cena.



Figura 6: Movimentos sequenciais do skatista



**Fonte:** Fotografia sequencial: o poder do movimento. Disponível em https://br.pinterest.com/pin/501447739731902141/ (2024).

Se, por um lado, os ritmos produzem repetições manifestas no espaço-tempo, por outro, é relevante apontar que não existe repetição absoluta, idêntica, indefinidamente (Lefebvre, 2021). Mesmo nos ritmos mecanicistas não-humanos há o desgaste, o decaimento ou o acréscimo; é importante ter em mente que toda forma é um *frame* captado em um instante degenerativo ou incorporador (Ingold, 2007), mesmo que a velocidade da percepção da mudança não seja razoavelmente captada pela percepção humana. Afetivamente, sobre seres humanos, é importante considerar que os ritmos são incorporados e se corporificam em *performances* diferentes, ainda que similares: a disposição para a repetição rítmica varia de acordo com uma pletora de fatores, tais como o vigor físico ou até mesmo um ímpeto de transgredir sincronias e diacronias.

Apesar dos ritmos implicarem diferenças, as considerações sobre a sua igualdade sugerem uma abordagem ontológica do ritmo, que tem como uma das suas serventias a capacidade de produção de estereótipos sobre amplas regiões ou povos/comunidades. Jaques-Dalcroze (1930) outrora acreditava que os ritmos expressavam notoriamente as relações envolvendo os povos e os lugares. Esta crença — aparentemente desprovida de intencionalidades políticas — posiciona-se como um instrumental de qualificação e adjetivação, além de conceder uma abertura para a missão civilizadora colonial: para o autor, a associação do clima e de questões histórico-econômicas é o diferencial para a produção de diferenças rítmicas entre povos, que são produzidas e perpetuadas de tal maneira que permite a impressão de um padrão de rítmico corpóreo (Jaques-Dalcroze, 1930). São raciocínios que permitem a sustentação de discursos como o da "preguiça nativa" (Alatas, 1977) e tantas outras representações que buscavam apontar a



inferioridade do colono frente a irresistível investida colonizadora. A ideia de um ritmo ontológico, determinante e imune à experiência histórica (Saïd, 2007 [1978]; Silva, 2018a) e supressora da experiência espacial (Silva, 2018b), que seja capaz de determinar ampla gama de mentes e corações e se portar como a absoluta explicação para as *performances* tais como elas se dão, é inadequada.

Se a ontologização rítmica pode contribuir para as generalizações que suprimem as diferenças, pode, por outro lado, criar uma mítica igualdade absoluta capaz de ser apropriada pelo oprimido visando o questionamento de sua posição na relação de opressão. Assim, existem ritmos incorporados como pertencentes a guetos e aos mais diversos identitarismos que servem como espaço de denúncia e de reconhecimento de pertença (Cresswell, 2023). Nesse sentido, é importante percebemos que certos gestos – vistos como respostas afetivo-performáticas rítmicas – ao serem repetidos em público transformam-se em rituais e criam para aqueles que os praticam ou assistem, um sentimento de comunidade compartilhada (Claval, 2001 [1995]). Todavia, para serem eficazes em seu propósito, esses ritmos precisam ser essencialmente dinâmicos para serem responsivos em sua função.

Essa discussão nos leva a pensar no que se trata a ontologização do ritmo: o conceito aqui expresso não parece ser tão firme, pois um ritmo tratado como coisa pode tanto ser entendido como uma determinante espacial que age afetivo-performaticamente sobre corpos como, também, ocorrer a consideração de uma atmosfera rítmica que seja imune às experiências históricas e espaciais. Em ambos os casos, a fluidez nos parece a postura mais sensata. Lugares possuem ritmos diferentes, mas tais ritmos não são determinantes sobre aqueles que estão sob sua influência.

É muito importante considerar que os ritmos afetam atores, mas também são afetados por eles. Neste ponto, fazemos analogia à trajeção bequeniana e passamos a ver os ritmos como a própria paisagem. Para Berque (2017), os contatos que estabelecemos com a paisagem a moldam e, concomitantemente, nossa *performance* é guiada pela influência que recebemos advinda da nossa experiência espacial. Nessa ideia que Berque chama de trajeção encontramos a síntese para os seus pressupostos acerca do duplo papel da paisagem, como marca e matriz (Berque, 1984); ou ainda, poderíamos pensar na dialética defendida por Rogério Haesbaert, para quem o regional e o global são instâncias indissociáveis, sendo que o regional é "[...] condicionado e condicionante em



relação aos processos globalizadores" (Haesbaert, 2010, p. 10). Analogamente, o ritmo é condicionado e condicionante da indissociabilidade afetivo-performática.

Acrescenta-se que os ritmos são eivados de ancestralidade e espacialidade. Como constroem e são construídos em meio às relações dos elementos em cena, evidenciam marcas de um tempo que já se foi e ainda é capaz de ecoar performaticamente em pura espectralidade<sup>3</sup>. Além disso, o ritmo é uma eclosão de experiências colhidas em espaços distantes que são reanimadas em um epicentro.

Todavia, o cerne da questão que aqui queremos explorar é sintetizado pelo argumento de que a consideração acerca da pluralidade de responsividades de corpos (humanos e não-humanos) aos ritmos, que é um argumento pautado pelos pressupostos mais-que-representacionais, não significa dizer que induções rítmicas e atmosferas afetivas são inócuas; *au contrarie*, compõem um caldeirão afetivo que ajuda a explicar as *performances* e todas as camadas da interação que animam a *mise-en-scène*. Nesse sentido, é relevante falarmos a respeito da manipulação do ritmo como estratégia de poder, afinal, a indução rítmica é um componente afetivo bastante poderoso.

Arquitetar o afeto é uma estratégia já reconhecida na literatura mais-que-representacional e o nosso extremo condicionamento rítmico nos faz normalizar o nosso papel em um grande concerto da sociedade do espetáculo. Para algum ponto de vista, o controle rítmico é o que garante a vida em sociedade: regularização de fluxos e ordenamentos diversos impedem um caos hobbesiano típico de uma condição desprovida de um leviatã. Mas é o poder público – em algumas situações aliados a poderes privados – que condiciona o *stop and go*, as intermitências, os sincronismos e diacronismos, fazendo com que ambientes como as cidades se portem como grandes orquestras de complexidade assombrosa. Sinais de trânsito e seus registros de avanço, radares que controlam as velocidades nas vias, faixas de pedestres e as regulações sobre preferências de circulação, filas de atendimento para uma miríade de demandas, a paciente

<sup>3</sup> O termo espectralidade alude aos efeitos de temporalidades distintas sobre determinado espaço-tempo sitiado (Silva,

dimensão simbólica.

futuro pode falar, à medida que tendências arquitetônicas podem ser percebidas e anúncios sobre o porvir podem povoar a

<sup>2024).</sup> A expressão é seminalmente inspirada por Derrida (1994[1993]) e já tem apresentado representatividade suficiente para que se fale em geografia(s) espectral(is) (Silva; Costa, 2024). Aprioristicamente, para além do entrelace multitemporal, é importante considerar que as geografias espectrais também transcendem as representações. Assim como ocorre nas geografias mais-que-representacionais típicas, na abordagem espectral há o reforço da justaposição do mundo material dos objetos e das coisas frente ao mundo imaterial das representações, afetos e emoções (Mccomarck, 2010). Exemplificando, para Kevin Degen e Monica Hetherington (2001) o passado fala conosco por intermédio da arquitetura e até mesmo o



espera pelo transporte público e a própria cronometria oficial são os maestros dos ritmos impostos.

As acelerações artificiais do cotidiano urbano realizadas pelo filme *Baraka* do diretor Ron Fricke causam um efeito angustiante ao descortinar a complexidade dos fluxos urbanos e a suscetibilidade rítmica de grandes massas orquestradas pelos acordos sociais que criam realidades tomadas como certas. A analogia da *performance* humana orquestrada é estabelecida no filme de Fricke na comparação pouco sutil da humanidade com pintinhos de granja. Hamsters aprisionados em circuitos sofisticados também soariam análogos à condição humana.

Mas, como elucidam os pressupostos mais-que-representacionais basilares (Thrift, 2003; 2004; 2008; Paiva, 2017; 2018; Silva, 2022b; 2023c; Silva; Costa, 2022d), nem todo corpo reage da mesma forma ao afeto que nele se manifesta. *Performances* distintas são as recalcitrâncias possíveis, mas menos prováveis. Os acordos sociais são muito bem costurados e a legislação que prevê penalizações por comportamentos destoantes é inserida como conteúdo aprendido e normalizada como exercício adequado de cidadania. Todavia, multas acontecem e transgressões de toda sorte, punidas ou não, salpicam no tecido da grande orquestra como violinistas desafinados.

## 4. DIREÇÕES E PERFORMANCES

O deslocamento no espaço geográfico permite amealharmos experiências diversas a partir de interações com paisagens e lugares. Nosso deslocamento, reticular, constrói uma malha de fluxos que conectam os fixos. Pensando em uma lógica de um circuito, os fixos – vistos como pausas, são os lugares que enovelam trajetórias (Holzer, 1999; 2013). A grande trama de deslocamentos espaciais – humanos e não-humanos – é um tema de relevância da geografia humanista por se associar diretamente com as questões da experiência, mas também é um tema importante da geografia política: são as malhas de fluxos e fixos que, por meio de sua densidade, são capazes de territorializar o espaço.

Esta temática foi bastante explorada na geografia política francófona dos anos 1970 e 1980, quando autores passaram a produzir trabalhos que utilizavam ferramentas quantitativas e consideravam os fluxos para interpretar a política (Sanguin, 2014). Destaca-se nesse particular Claude Raffestin (2011 [1980]), que imortalizou a geopolítica de fluxos no livro *Por uma Geografia do Poder*. As associações entre território e redes são normalizadas na geografia contemporânea e



na ciência política: Keinichi Ohmae (1999) leva em conta a densidade de fluxos para estabelecer as suas unidades analíticas, que são os Estados-região; Richard Rosecrance (1986), por sua vez, analisa o peso dos fluxos comerciais para as relações políticas internacionais e Francis Fukuyama (2013 [2011]) analisa a densidade de fluxos encaixada nos quadros naturais como meio de explicação para a formação de poderes centralizados e ordens políticas.

A possibilidade de intervir no rearranjo de fluxo em um dado espaço – seja por meio de aumentar ou diminuir seu volume, seja por propor seu rumo – é uma estratégia de poder. Nas regiões de fronteira, Estados propõem políticas espaciais especiais para que os fluxos artificialmente se adensem e estes espaços estratégicos intensifiquem sua territorialização (Silva, 2017; Silva; Diniz, 2019). Não precisamos ir à análise da alta política para compreendermos a arquitetura afetiva que interfere nos fluxos cotidianos; muitos caminhos estão postos no espaço e devidamente regulamentados. São como esteiras por onde tudo escoa: pessoas, mercadorias, ideias, animais escorrendo pelas vias que compõem as redes de circulação. A disposição destas redes responde por estratégias que estão a serviço de quem as administra, da mesma forma em que corredores de lojas de conveniência, na proximidade dos caixas, são caminhos obrigatórios que obrigam os consumidores a correr pelos seus meandros e se esquivar (ou não) das guloseimas sortidas posicionadas à altura e alcance dos infantes.

É irônico pensar que as estradas, muitas vezes vistas como símbolos da liberdade, são, na verdade, eixos que conduzem os humanos às circulações pré-estabelecidas. Os custos de circulação fora dos eixos convencionais são altíssimos: é de se imaginar o quão desafiador seria atravessar trechos encarando obstáculos naturais prístinos, sem as facilitações da circulação oficial. Ademais, para vencer distâncias evitando os eixos regulares de circulação, seria necessário invadir um sem número de propriedades privadas que, por intermédio dos seus polígonos, estrangulam o espaço de circulação coletiva nos estreitos corredores das rodovias federais, estaduais e municipais. As estradas, assim, afetam as direções dos eixos reticulares da nossa experiência. Um deslocamento de meio quilômetro, dependendo da angulação que nos coloca, pode fazer com que uma cena à margem de uma estrada extremamente familiar se torne um espaço incognoscível.

Se os lugares – vistos como fixos enovelados pelos fluxos – são responsivos em sua constituição às performances trazidas por aqueles que nele experienciam, é plausível considerar que o condicionamento das direções é também, em certa medida, o seu condicionamento. As



identidades são uma quimera de lugares (Silva; Costa, 2022b) e carregam hibridamente espaçostempos sortidos dotados de diferentes cadências rítmicas e direções. As induções da circulação propõem arrastos de espaço-temporalidades vetorizadas para a gravidade dos lugares. Esse assunto nos leva a condição primordial do afeto já mencionada neste texto: a manipulação do afeto é um instrumento político e a influência sobre ritmos e direções dão contornos ao ciclo afetivo-performático.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de argumentações apoiadas nos pressupostos mais-que-representacionais, o artigo em questão analisou as induções da experiência humana realizada por meio da cadência rítmica e dos direcionamentos dos fluxos. Ao se basear em princípios mais-que-representacionais, a reflexão epistemológica aqui posta penetrou na análise afetivo-performática para concluir que os ritmos e direções, uma vez manipulados, influem sobre o comportamento humano e no desenho de sua experiência, sem que seja capaz de determiná-la. A discussão aqui travada abre um campo de reflexão para a construção dos lugares por meio do afeto e da *performance*, criando um cenário capaz de trazer a categoria território à baila. Isso se deve pelo fato de que a construção dos lugares é dada como um processo perpétuo em que — na interação entre pessoas e o mundo — o campo material e as imaterialidades sustentadas por dado recorte do espaço-tempo produzem o afeto e sofrem (dialeticamente) a ação das *performances* daqueles que são afetados. Assim, como é amplamente defendido pela literatura mais-que-representacional, manipular o afeto é uma ferramenta eficaz de influência sobre as pessoas e o espaço.

Ritmos e direções — vistos como manipulações — são meio capazes de influir sobre o afeto (ainda que não sejam capazes de determiná-los). Partindo dessa lógica, trazemos como reflexão o fato dos lugares — vistos como pausas dos deslocamentos espaciais e como eixo articulador de fluxos — serem responsivos à manipulação dos ritmos e direções. Para além das induções simbólicas de barro, pedra ou madeira erguidas *in loco*, lugares podem ser ressignificados e experenciados a partir das influências rítmicas; ademais, o arrasto da experiência espaço-temporal produzida pelos deslocamentos direcionados influi sobre os conteúdos trazidos por aqueles que interagem com o lugar. Vimos que as identidades são composições que carregam espaços-temporalidades e, nesse sentido, as direções podem influir sobre quais espaços-temporalidades são arrastadas para o lugar, novelo *par excellence* das experiências humanas.



### **REFERÊNCIAS**

ALATAS, S. H. The myth of the lazy native. London: Frank Cass and Company, 1977.

APPADURAI, A. The past as a scarce resource. Man, new series, v. 16, n. 2, p. 201-219, 1981.

BAILLY, A. S. Les représentations de la distance et l'espace: mythes et constructions mentales. **Revue d'économie régionale et urbaine,** n. 2, p. 265-270, 1990.

BARNETT, C. Political affects in public space: normative blind-spots in now-representational ontologies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 33, n. 2, p. 186-200, april, 2008.

BARROS, J. D. Uma nova proposta para a leitura do espaço geográfico: os acordes paisagem. **Revista de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 365-384, 2020.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysage-matrice: Eléments de problématique por une gógraphie culturelle. **L'espace géographique**, tome 13, n. 1, p. 33-34, 1984.

BERQUE, A. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v. 7, n. 2, p. 4-16, 2017.

BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BISSELL, D. Obdurate pains, transient intensities: affect and the chronically pained body. **Environment and Planning A**, v. 41, i. 4, p. 911-928, april, 2009.

BLOCH, M. The past and the present in the present. **Man**, new series, v. 12, n. 2, p. 278-292, august, 1977.

BONNEMAISON, J. The metaphor of the tree and the canoe. Tradução de Peter Crowe. **Pacific Arts,** n. 9-10, p. 21-24, jul.,1994.

CANTORION. Disponível em: http://pt.cantorion.org/music/167/Sonata-para-piano-n.%C2%BA-11-%28Piano-Sonata-No.-11%29-3.-Alla-Turca%3A-Allegretto. Acesso em: 27 set. 2024.

CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.

COSGROVE, D. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. **Progress in Human Geography**, v. 13, i. 4, p. 566-575, december, 1989.

COSGROVE, D. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v. 15, n. 3, p. 1-6, 1990b.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v. 19, n. 2, p. 95-101, june, 1987.



COTTRELL, W. F. Of time and the railroader. **American Sociological Review**, v. 4, n. 2, p. 190-198, 1939.

CRESSWELL, T. The rhythm of place and the place of rhythm: arguments for idiorhythmy. **Mobilities**, v. 18, n. 4, p. 666-676, 2023.

DARDEL, E. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEGEN, M.; HETHERINGTON, K. Spatial hauntings. **Space and Culture**, i. 11-12, p. 1-6, 2001.

DERRIDA, J. Specters of Marx. New York e Abingdon: Routledge, 1994.

DUNCAN, J; DUNCAN, N. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v. 6, p. 117-126, 1988.

ENTRIKIN, J. N. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 4, p. 615-632, december, 1976.

FRIEDMAN, J. Our time, their time, world time: the transformation of temporal modes. **Ethnos: Journal of Anthropology,** v. 50. n. 3-4, p. 168-183, 1985.

FUKUYAMA, F. **As origens da ordem política:** dos tempos pré-humanos até a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

GRATALOUP, C. Os períodos do espaço. Geographia, v. VIII, n. 16, p. 31-40, 2006.

HAESBAERT, R. Regional-global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HÄGERSTRAND, T. What about people in regional science? **Papers in regional Science**, v. 24, i. 1, p. 7-24, 1970.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. *In:* SOVIK, L. (org.). **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

HARVEY, D. Between space and time: reflections on the geographical imagination. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 80, n. 3, p. 418-434, 1990.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1998.

HEMMINGS, C. Invoking affect. Cultural Studies, v. 19, n. 5, p. 548-567, 2005.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, ano IV, n. 7, p. 67-78, Jul./Dez., 1999.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013.



INGOLD, T. The temporality of the landscape. World Archaelogy, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

INGOLD, T. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v. 14, i. 1, p. 1-16, April, 2007.

INGOLD, T. Against space: place, movement, knowledge. *In:* INGOLD, T. B. **Essays on movement, knowledge and description.** Londres, Routledge, 2011.

JACKSON, P. Thinking geographically. **Geography**, v. 91, n. 3, p. 199-204, 2006.

JAQUES-DALCROZE, É. Eurhythmics arts and education. London: Chatto & Windus, 1930.

KARJALAINEN, P. T. House, home and the place of dwelling. **Scandinavian Housing & Planning Reasearch**, n. 10, p. 65-74, 1993.

LAGOPOULOS, A. P. Postmodernism, geography and the social semiotics of space. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v. 11, i. 3, p. 255-278, 1993.

LEFEBVRE, H. **Elementos de ritmanálise e outros ensaios sobre a temporalidade.** Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

LORIMER, H. Cultural geography: the busyness of being "more-then-representational". **Progress in Human Geography**, v. 29, i. 1, p. 83-94, 2005.

LUKINBEAL, C. Cinematic Landscapes. Journal of Cultural Geography, v. 23, n. 1, p. 3-22, 2005.

MALANSKI, L. M. Geografia humanista: percepção e representação espacial. **Revista Geográfica de América Central**, n. 52, p. 29-50, Enero-Junio, 2014.

MALPAS, J. Putting space in place: philosophical topography and relational geography. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v. 30, i. 2, p. 226-242, April, 2012.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCCORMACK, D. P. Fieldworking with Atmospheric Bodies. **Performance Research**, v. 15, i. 4, p. 40-48, 2010.

MINCA, C. The touristic landscape paradox. **Social & Cultural Geography**, v. 8, n. 3, p. 433-453, 2007.

MUNN, N. D. The cultural anthropology of time: a critical essay. **Annual Review of Anthropology**, v. 21, p. 93-123, 1992.

NANDY, A. A mente não colonizada. *In:* CASTRO, L. R. (org.). **A imaginação emancipatória:** desafios do século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

OHMAE, K. O fim do Estado-nação. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



OHNUKI-TIERNEY, E. Concepts of Time among the Ainu of the Northwest Coast of Sakhalin. **American Anthropologist,** v. 71, n. 3, p. 488-492, 1969.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n. 106, p. 159-168, 2017.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n. 107, p. 159-168, 2018.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê:** prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PINTEREST. Fotografia sequencial: o poder do movimento. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/501447739731902141/. Acesso em: 27 set. 2024.

PYKETT, J. Geography and neuroscience: critical engagements with geography's "neural turn". **Transactions of the Institute of British Geographers,** v. 43, n. 2, p. 154-169, 2018.

QUEIROZ FILHO, A. C. A edição dos lugares: sobre as fotografias e a política espacial das imagens. **Educação Temática Digital**, v. 11, n. 2, p. 33-53, Jan./Jun., 2010.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Khedyr, 2011.

ROSECRANCE, R. The rising of the trading State. New York: basic Books, 1986.

ROSENDAHL, Z. Tempo e temporalidade, espaço e espacialidade: a temporalização do espaço sagrado. **Cadernos de Geografia – Coimbra FLUC,** n. 37, p. 33-41, 2018.

ROWNTREE, L. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 10, n. 4, p. 580-586, 1986.

ROWNTREE, L. Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 12, n. 4, p. 575-586, 1988.

SCHIVELBUSCH, W. Railroad Space and Railroad Time. **New German Critique**, n. 14, p. 31-40, Spring, 1978.

SAÏD, E. W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANGUIN, A. L. Renascimento institucional e o futuro da geografia política na França a partir da década de 1970. **Revista Acta Geográfica**, Edição Especial de Geografia e Geopolítica, p. 63-81, 2014.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2012.



- SILVA, L. L. S. Certos aspectos da economia em cidades de fronteira: o caso das cidades gêmeas de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija. **Geografia em Questão**, v. 10, n. 1, p. 115-134, 2017.
- SILVA, L. L. S. As duas faces da supressão da experiência histórica. **Revista de História Bilros**, v. 6, n. 11, p. 36-55, 2018a.
- SILVA, L. L. S. A supressão da geografia no exercício da alteridade. **Geosaberes**, v. 9, n. 17, p. 1-13, 2018b.
- SILVA, L. L. S. Paisagem entre textos e intertextos. **Tamoios**, v. 17, n. 21, p. 129-147, 2021.
- SILVA, L. L. S. Intermediando representações às margens dos estereótipos do tempo e do espaço. **Geonorte**, v. 13, n. 41, p. 1-19, 2022a.
- SILVA, L. L. S. Uma geografia do que acontece. **Revista Geográfica Acadêmica**, v.16, n. 2, p. 72-85, 2022b.
- SILVA, L. L. S. **A excepcionalidade da paisagem e do lugar:** a transcendência da (i)materialidade por meio da mediação de subjetividades. Belo Horizonte e Montes Claros: Letramento e Editora IFNMG, 2023a.
- SILVA, L. L. S. A crise das representações: repercussões para a geografia. **Casa de Geografia de Sobral**, v. 25, n. 3, p. 206-221, 2023b.
- SILVA, L. L. S. Elucidando as Teorias não-representacionais. **Geotemas**, v. 13, n. 1, p.e02301, 2023c.
- SILVA, L. L. S. **Espaços-tempos:** uma geografia dos fragmentos da experiência. Belo Horizonte e Montes Claros: Letramento e IFNMG, 2024.
- SILVA, L. S.; SILVA, L. S. R. da; COSTA, A. Os períodos do espaço relativo. *In:* MARTINS, F. P.; PEDROSO, L. B. (org.). **Espaço geográfico:** diversidade temática e metodológica. Ituiutaba: Zion, 2021.
- SILVA, L. L. S.; COSTA, A. Reflexões sobre a geografia do afeto: a excepcionalidade identitária em meio às distorções do espaço-tempo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v. 42, e190818, 2022a.
- SILVA, L. L. S.; COSTA, A. As identidades como uma quimera de lugares. **Revista da Anpege**, v. 17, n. 34, p. 50-54, 2022b.
- SILVA, L. L. S. da; COSTA, A. A presença da ausência: um paradoxo geográfico. **Geousp: Espaço e Tempo**, v. 26, n. 2, p. 1-21, e-195614, 2022c.
- SILVA, L. L. S. da; COSTA, A. Teorias não-representacionais e geografia: reflexões e perspectivas. **Geograficidade**, v. 12, n. 2, p. 23-42, 2022d.



SILVA, L. L. S.; COSTA, A. Geografias mortas, vivas e espectrais: formas de apreender o espaço. **Caminhos de Geografia**, v. 25, n. 97, p. 213-230, 2024.

SILVA, L. L. S.; COSTA, A.; SILVA, L. S. R. Geografia-Pastiche. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v. 26, e.12, p. 1-25, 2022.

SILVA, L. L. S.; DINIZ, A. M. A. Estereótipos transfronteiriços: olhares entrecruzados de bolivianos e brasileiros das cidades-gêmeas de Guajará-mirim (BRA) e Guayaramerín (BOL). **Geografia em Questão**, v. 12, n. 2, p. 176-203, 2019.

THRIFT, N. Performance and.... . **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 35, i. 11, p. 2019-2024, 2003.

THRIFT, N. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v. 86, i. 1, p. 57-78, march, 2004.

THRIFT, N. Non-representacional theory: space/politics/affect. London: Routledge, 2008.

THRIFT, N.; DEWSBURY, J. Dead geographies –and how to make them live. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v. 18, p. 411-432, 2000.

TUAN, Y. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

VIRILIO, P. Speed and Politics. Los Angeles: MIT Press, 2007.

WISHART, D. Period and region. **Progress in human geography**, v. 28, n. 3, p. 305-319, 2004.

ZERUBAVEL, E. The standardization of time: a sociohistorical perspective. **American Journal of Sociology**, v. 88, n. 1, p. 1-23, 1982.

Artigo submetido em: 15/08/2024 Artigo aceito em: 22/10/2024 Artigo publicado em: 30/12/2024